

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XLIV • Nº 453 • Brasília-DF • Março 2023

A violência contra os povos indígenas não pode ser naturalizada

Página 2

Ao Conselho de Direitos Humanos, Presidente do Cimi cobra a superação do marco temporal

Página 3

No entremeio da pauta indígena e ambiental: Sineia Wapichana. Uma entrevista especial em comemoração ao mês das mulheres

Página 4 e 5

DIAS ANTES DA MORTE, GUSTAVO PATAXÓ, DE 14 ANOS, ESCREVEU: “Os Pataxó pedem socorro”

“Ele não pediu só por ele, pediu pelo povo Pataxó. Ele teve um sonho impedido”, conta a mãe de Gustavo, Candara Pataxó, que segue obstinada na luta pela demarcação do seu território mesmo com a dor da perda de seu filho brutalmente assassinado. Para o povo Pataxó, demarcação é a saída para pôr fim ao conflito instaurado pelos fazendeiros invasores de seus territórios

Páginas 8, 9, 10 e 11



A violência contra os povos indígenas não pode ser naturalizada

A situação que vive o povo Yanomami dentro de sua terra indígena ganhou uma ampla repercussão. A trágica realidade enfrentada pelos indígenas chamou a atenção de boa parte da sociedade, que manifesta de diversas formas sua solidariedade e repúdio diante das cenas divulgadas.

Ao mesmo tempo, o novo governo federal começou a tomar uma série de medidas emergenciais, tanto no campo do atendimento à saúde como no da segurança territorial e desintrusão dos garimpeiros.

É importante destacar que esta situação não foi revelada apenas agora. Organizações indígenas e aliados vêm denunciando e documentando sistematicamente o que estava ocorrendo há, pelo menos, cinco anos.

O ponto de inflexão na retomada maciça do garimpo dentro deste território começou a ser constatado ainda em 2017, quando informações davam conta da proximidade de garimpeiros com relação a aldeias do grupo indígena Moxihätëtëa, em situação de isolamento voluntário, na região da Serra da Estrutura.

Uma Ação Cível Pública do Ministério Público Federal (MPF) resultou, já em novembro de 2018, numa decisão firme da Justiça Federal obrigando a União a reestabelecer as Bases de Proteção Etnoambiental desativadas no território Yanomami.

O tema ganhou mais espaço nos meios de comunicação a partir, principalmente, de maio de 2021, quando todo o país assistiu as imagens do tiroteio contra a comunidade Yanomami de Palimíú, no interior da terra indígena, e à série de ataques armados que se seguiu.

Neste período de quatro anos, entre o final de 2018 e de 2022, houve outras decisões judiciais no âmbito do Poder Judiciário brasileiro, incluindo a mais alta instância, o Supremo Tribunal Federal (STF), e também a publicação de uma medida cautelar por parte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em maio de 2020, em plena pandemia. Todas estas medidas foram sistematicamente descumpridas pelo governo federal, presidido por Jair Bolsonaro.

O avanço do garimpo, como já foi suficientemente demonstrado, coincidiu com a desestruturação do sistema de atendimento à saúde do povo Yanomami. Postos de saúde foram abandonados e, alguns, ocupados pelos próprios garimpeiros. As equipes de saúde ficaram sem condições para as tarefas de atenção primária e para as visitas periódicas às comunidades. O resultado: aumento da violência contra os Yanomami, piora significativa dos indicadores de saúde relativos à malária, à desnutrição, à verminose ou a doenças respiratórias.

A relação sinérgica entre o aumento do garimpo e a desassistência na saúde criou

condições objetivas que comprometem a sobrevivência física e cultural do povo Yanomami. E ambos os vetores tiveram durante quatro anos a digital, explícita e intencional, do governo federal e a cumplicidade da elite política e empresarial de Roraima.

Por isso, mais do que falar de “crise”, deve-se falar de situação grave de extermínio de um povo causada por um conjunto sistemático de medidas, ações e inações do governo.

Em janeiro de 2023, o novo governo federal decretou a Emergência Sanitária de Saúde Pública e começou a fazer um levantamento das informações, adotando uma série de medidas absolutamente fundamentais.

Todas estas medidas buscam, em um primeiro momento, ativar as condições emergenciais de atendimento ao povo Yanomami, com o objetivo de salvar vidas; ao mesmo tempo, estas medidas deverão ter como horizonte próximo a recuperação das condições para uma adequada atenção primária dentro do território, em diálogo com as comunidades indígenas, que permita retomar os programas de atendimento, prevenção e cuidado cotidiano da saúde do povo Yanomami.

Entretanto, as medidas de emergência sanitária não serão efetivas se não for abordada de forma contundente e permanente a desintrusão do garimpo de dentro das terras indígenas no país, bem como o desmantelamento de toda a estrutura de apoio e de toda a cadeia de interesses que há por trás do garimpo e que envolve agentes públicos e privados.

É fundamental instalar as medidas necessárias, no âmbito dos inquéritos policiais e da retomada da proteção territorial, para evitar que o garimpo se desloque em direção a outras terras indígenas ou, inclusive, retorne ao mesmo território.

A saída dos garimpeiros deverá ser acompanhada de medidas de apuração dos crimes cometidos contra o povo Yanomami: assassinatos, ameaças, intimidações, exploração

sexual,liciamento e destruição do ambiente, com o qual os Yanomami tecem, com uma riqueza cultural imensurável, sua visão de mundo e seu projeto de vida.

Somos cientes da complexidade deste trabalho de investigação. Os crimes cometidos, contudo, precisam ser apurados; do contrário, o Estado passaria a mensagem de uma naturalização da violência contra os povos indígenas e de uma impunidade absolutamente inaceitáveis, alimentando as condições para que esta violência continue.

As responsabilidades políticas, civis e criminais deverão ser apuradas com rigor e deverão alcançar os mais altos interesses econômicos e políticos, tanto no âmbito do governo federal anterior como no âmbito do poder Legislativo.

É estarrecedor constatar que aqueles que ocuparam as responsabilidades nos Ministérios de Justiça, Saúde, Meio Ambiente ou Direitos Humanos durante os quatro anos de violência contra o povo Yanomami hoje ocupem lugares na Câmara e no Senado Federal, sem que sejam responsabilizados pela omissão e inação no tempo em que exerciam responsabilidades públicas.

É inaceitável que deputados federais que sempre defenderam o garimpo e que mantiveram vínculos com o desmando na saúde pública hoje sejam premiados e conduzidos para lugares de poder.

Na abordagem da situação atual da TI Yanomami, estão em jogo os direitos, os territórios e os projetos de vida dos povos indígenas de todo o Brasil; estão em jogo as possibilidades de que o País supere uma mentalidade predatória e um esquema de privilégios construídos sobre a vida dos povos indígenas e outras comunidades; estão em jogo as condições para pensar uma Roraima diferente, plural, justa, com perspectivas econômicas sustentáveis e próprias; estão em jogo, em síntese, as oportunidades de superar o domínio instalado pelas elites políticas e econômicas deste país.

Porantinadas

Basta de perseguição política!

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) decidiu pela manutenção da sentença que anula a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, criada em 2015 para investigar as ações do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) no estado. A anulação veio em primeira instância em 2019 pela ausência de provas. A CPI - utilizada irregularmente por deputados ruralistas, por quem era majoritariamente composta - trouxe acusações falsas e sem provas atribuídas ao Cimi, além de imagens de missionários e seus familiares, inclusive de crianças, expostas por diferentes veículos de comunicação. Outras irregularidades comprovam o uso político da CPI como instrumento de ataque e agressão pública a lideranças indígenas do estado e a integrantes e missionários do Cimi. A decisão demonstra, ainda, a legalidade da atuação do Cimi na luta pela efetivação dos direitos dos povos indígenas, em especial ao direito à terra e à demarcação de seus territórios.

“A justiça que tarda, falha!”

Frase que encerra o documentário “Kiwxi – Memória, missão e martírio de Vicente Cañas” e explica o desfecho do caso que julgava o assassinato do indigenista espanhol. A 4ª turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região decidiu pela manutenção da sentença que declarou culpado o ex-delegado da Polícia Civil de Juína, no Mato Grosso, Ronaldo Antônio Osmar, por intermediar a emboscada que matou Kiwxi em abril de 1987. Ronaldo Antônio Osmar, entretanto, respondeu em liberdade esses mais de 30 anos de processo judicial e é o último dos envolvidos no homicídio de Kiwxi ainda vivo. Além disso, o delegado aposentado e José Vicente da Silva foram os únicos acusados a ir à julgamento. Dos outros quatro, dois – os fazendeiros Camilo Carlos Obici e Pedro Chiquetti – já faleceram e outros dois – Antônio Mascarenhas Junqueira e Martinez Abadio da Silva – tiveram suas penas prescritas por terem mais de 70 anos. Destino este que deve seguir Ronaldo Antônio Osmar, hoje com 67 anos.

Lugar de indígena é onde ele quiser!

O Conselho Nacional de Justiça, aprovou, por unanimidade, um ato normativo que alterou a formação do Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas Relacionadas aos Povos Indígenas e Tribais (Fonit). Com isso, foi criado um novo colegiado que passa a se chamar Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas relacionadas aos Povos Indígenas (Fonepi). Ao todo, 12 órgãos governamentais e não governamentais, entre eles quatro conselhos indígenas, indigenistas e ambientalistas passam a fazer parte do colegiado. Para a presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, ministra Rosa Weber, a participação das entidades indígenas no novo Conselho possibilitará o fortalecimento da construção coletiva de soluções em questões que envolvam suas demandas e a Justiça. (Informações da assessoria de imprensa do Conselho Nacional de Justiça e do Conjur).



Ao Conselho de Direitos Humanos, Presidente do Cimi cobra a superação do marco temporal

Dom Roque Paloschi, Presidente do Cimi e Arcebispo de Porto Velho, alertou ser fundamental que o novo governo retome, imediatamente, a política de demarcação de terras indígenas no Brasil

Por **Adi Spezia**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Em declaração conjunta, realizada no dia 23 de março, o presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e Arcebispo de Porto Velho, Rondônia, Dom Roque Paloschi, alertou ser fundamental que o novo governo retome, imediatamente, a política de demarcação de terras indígenas no Brasil, em Debate Geral sobre situações de Direitos Humanos que requerem a atenção do Conselho. O evento faz parte do 52º período ordinário de sessões do Conselho de Direitos Humanos (CDH 52), da Organização das Nações Unidas (ONU), que está sendo realizado em Genebra, na Suíça.

O Brasil está vivendo um novo momento político. Houve mudanças nas atitudes do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH) e a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), porém “mantemos nossa preocupação, porque os povos indígenas no Brasil continuam sofrendo graves ameaças aos seus direitos, às suas vidas e territórios”, alertou o presidente do Cimi.

Na oportunidade, Dom Roque chamou a atenção para o assassinato de lideranças dos povos Pataxó, Guajajara e Kinikinau. Os casos têm em comum os conflitos envolvendo a demarcação das terras indígenas e as lutas pelo reconhecimento do direito originário à Terra.

Em quatro meses, três jovens e uma criança do povo Pataxó foram assassinados em meio aos conflitos pela terra no extremo Sul da Bahia. Em setembro de 2022, Gustavo Pataxó, de 14 anos, foi assassinado durante um ataque de pistoleiros contra a comunidade Vale do Rio Cahy. Em outubro do mesmo ano, o corpo de Carlone Pataxó, 26 anos, foi encontrado sem vida um mês depois de ter desaparecido na Terra Indígena Barra Velha (BA). Em janeiro deste ano, Samuel Cristiano do Amor Divino, de 25 anos, e o adolescente Nauí Brito de Jesus, de 16 anos, foram perseguidos e executados por pistoleiros que atuam para fazendeiros da região.

Só no primeiro mês deste ano – entre os dias 9 e 31 de janeiro –, o povo Guajajara, no Maranhão, sofreu cinco ataques que resultaram em três mortes (incluindo um não indígena casado com uma indígena Guajajara) e duas pessoas gravemente feridas. Em 23 de fevereiro, mais dois jovens foram vítimas da violência contra o povo: Jone Canaré Guajajara e outro rapaz – um não indígena que também mora na TI –, foram gravemente feridos por disparos de arma de fogo. Em pouco mais de quinze anos (2003 a 2021), foram registrados 50 assassinatos de indígenas do povo Guajajara no Maranhão, conforme dados da plataforma Caci, que mapeia os casos sistematizados pelo relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, do Cimi.

No Mato Grosso do Sul, Elísio Rosa Veiga do povo Kinikinau, de 34 anos, foi assassinado na frente da mulher e dos filhos com quatro disparos de arma de fogo, todos no tórax, no início deste mês (7/3). A motivação estaria relacionada a disputa de terras dentro do território, o que escancara a urgência na demarcação dos territórios indígenas. A demora por parte do Estado em demarcar o território Kinikinau condicionou o povo a viver em situação de vulnerabilidade humana, cultural e social, forçados a se dividir em territórios dos povos Kadiweu e Terena e áreas urbanas no estado.

Em situações similares de extrema vulnerabilidade estão os povos Guarani e Kaiowá, também no Mato Grosso do Sul, que “seguem determinados em recuperar seus territórios que lhes foram roubados, enfrentando ameaças de fazendeiros, com o apoio das forças policiais e do governo do estado”, conta Dom Roque.

Segundo as lideranças Guarani e Kaiowá, as retomadas buscam “acabar com as muitas décadas de dureza, fome,



Dom Roque Paloschi durante o 52º período ordinário de sessões do Conselho de Direitos Humanos (CDH 52)

violência, racismo, veneno, intoxicação, confinamento, ameaças e trapaças dos fazendeiros, para poder garantir o que está na Lei maior de 88 [Constituição Federal de 1988], mas que o Brasil não cumpre. Só assim as famílias do tekoha [lugar onde se é], nossos velhinhos, nossas crianças vão encontrar dignidade e vão poder viver em paz”.

Não diferente, ao Norte do país “o povo Yanomami sofreu, durante estes últimos cinco anos, as consequências dramáticas e fatais do avanço da mineração ilegal e o abandono da política de saúde por parte do Estado”, denunciou o presidente do Cimi.

A crise humanitária causada pela exploração do garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami ganhou uma ampla repercussão no início deste ano, dentro e fora do país. No entanto, a situação não foi exposta apenas agora: organizações indígenas e aliados vêm denunciando e documentando sistematicamente o que estava acontecendo há pelo menos cinco anos. “Já morreu muita gente, 577 crianças morreram”, denuncia Davi Kopenawa, liderança do povo Yanomami.

A situação dos povos elencados por Dom Roque ao Conselho demonstra que a demarcação das terras indígenas está intrinsecamente relacionada à proteção dos territórios e à vida dos povos originários no Brasil. Como destacou o religioso na CDH 52, “é fundamental que o novo governo retome, imediatamente, a política de demarcação de terras”.

Segundo relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2021, as terras indígenas com pendências administrativas no Brasil, em alguma fase do processo demarcatório, somam um total de 871. Destas, 598 estão sem nenhum tipo de providências; 143 a identificar, 44 foram identificadas, 73 estão declaradas, 5 com portaria de restrição, e 8 homologadas.

A demarcação das terras indígenas tem sido uma pauta histórica dos povos no Brasil e um compromisso assumido publicamente pelo atual governo. No entanto, “a demarcação efetiva das terras passa pela superação, definitiva, da falsa tese do marco temporal por parte da Suprema Corte brasileira e também do novo governo”, assegura Dom Roque.

Marco Temporal

O marco temporal é uma tese que busca restringir os direitos constitucionais dos povos indígenas. Defendida pelo agronegócio e demais setores interessados na exploração dos territórios indígenas, nessa interpretação, os povos originários só teriam direito à demarcação das terras que estivessem sob sua posse no dia 5 de outubro de 1988, ou que, naquela data, estivessem sob disputa física ou judicial comprovada.

É uma tese perversa, que legaliza e legitima as violências a que os povos foram submetidos historicamente, pois ignora o fato de que, até 1988, os povos indígenas eram tutelados pelo Estado e não tinham autonomia para lutar, judicialmente, por seus direitos. Também inconstitucional, porque “não existe marco temporal na Constituição de 88, existe uma ficção jurídica criada justamente para

impedir a reparação de um direito dos indígenas”, afirma o assessor jurídico do Cimi, Rafael Modesto.

Em contraponto está a “teoria do indigenato” – defendida pelos povos indígenas, organizações indigenistas e de apoio à causa indígena – que reconhece o direito dos povos indígenas sobre suas terras como um direito originário, ou seja, anterior ao próprio Estado. A Constituição Federal de 1988 segue essa tradição e garante aos indígenas “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”.

Atualmente, essas duas teses encontram-se em disputa no Supremo Tribunal de Federal (STF), no julgamento com repercussão geral do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365, caso que discute uma reintegração de posse movida contra o povo Xokleng, em Santa Catarina. A decisão tomada neste julgamento terá consequências

para todos os povos indígenas do Brasil.

O julgamento que discute o fim do marco temporal já teve início, mas foi interrompido por pedido de vista e segue sem data para retornar à pauta da Corte. No entanto, nesta terça-feira (21) em visita ao Vale do Javari (AM), a ministra Rosa Weber, presidenta do STF, afirmou que irá pautar ainda no primeiro semestre deste ano o processo.

Os povos originários e apoiadores da causa indígena têm cobrado a retomada do julgamento e reconhecimento do direito mais fundamental aos povos indígenas, que é o direito à terra. Pedido que Dom Roque Paloschi também levou ao Organismo das Nações Unidas: “solicitamos a este Conselho que mantenha uma atitude vigilante para que o Estado brasileiro avance concretamente na garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas”, finaliza o presidente do Cimi.

No entremeio da pauta indígena e ambiental: Sineia Wapichana

Uma entrevista especial em comemoração ao mês das mulheres

Por **Marina Oliveira** e **Hellen Loures**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Mulher, indígena, gestora ambiental do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e liderança ativa do movimento indígena, Sineia Bezerra do Vale, integrante do povo Wapichana, fala ao Porantim sobre os esforços dos povos indígenas no enfrentamento à mudança climática, os desafios postos diante do agronegócio, a importância de demarcar o território e ainda sobre a soberania alimentar como alternativa viável para a construção do Bem Viver.

Entre os conhecimentos indígenas e o aprendizado científico, Sineia Wapichana se dedica há mais de trinta anos às questões ambientais e ao enfrentamento ao aquecimento global. Ela foi a única brasileira convidada a participar da Cúpula de Líderes sobre o Clima, em abril de 2021 – nos Estados Unidos, ocupando espaços de fala que ecoam toda a luta dos povos indígenas contra a devastação ambiental de seus territórios.

Mudanças climáticas e os povos indígenas

Sineia Wapichana: As mudanças climáticas afetam diretamente [os povos indígenas] porque eles têm uma conexão direta com a natureza, com a floresta, com a água e com o rio. E eles começam a sentir (não com esse nome “mudança climática”), mas [percebem] a transformação do tempo na sua vida cultural, social, na água. A gente tem feito um trabalho em Roraima – uns estudos de casos holísticos sobre mudanças climáticas – e, na percepção dos povos indígenas ao longo de 20 anos, eles têm percebido que a água dos igarapés aqueceu

mais. Alguns peixes regionais não estão mais ali, então começa-se a ter uma percepção que algo mudou. E isso afeta diretamente a vida cultural, social, a geração de renda. As mulheres são mais sensíveis a essa questão quando estão buscando água, buscando a semente

para fazer artesanato... Elas já conseguiram identificar muitas questões que estão acontecendo, na floração das árvores, na questão de água - que não enche mais a quantidade que enchia em certos rios - ou nas secas que acontecem também sem explicações. E a gente sabe que muito disso é atribuído à questão climática global e também à questão climática local, com os grandes empreendimentos e grandes monoculturas que existem nas regiões.

O impacto da mudança climática é global, mas por que as comunidades indígenas sentem mais? Porque elas estão diretamente ligadas à natureza. A gente sabe que isso é no mundo todo, mas as populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas, que estão diretamente ligadas à floresta, diretamente ligadas aos recursos naturais, sentem mais porque é a sua vivência.

Desafios impostos pelas questões climáticas

Sineia Wapichana: Nós temos várias adversidades sobre as terras indígenas, uma delas passa por essa questão climática, que já chegou às comunidades e está afetando diretamente seus modos de vida, principalmente nas plantações. As mudanças climáticas têm mudado os modos de vida das comunidades indígenas em todo o Brasil e em todo o mundo. No tempo de plantar, não estão plantando, no tempo para ser seca, é cheia. No Rio Negro, por exemplo, na época de colheita da mandioca, as mulheres, como sempre guerreiras, estavam mergulhando para colher a batata e a mandioca e dar para os filhos, porque as enchentes afetaram muito o rio, já que não era para ter cheia.

Eu tenho um exemplo de quando começamos a fazer um estudo de mudança climática na região da Serra da Lua (RR). Foi um ano que a mandioca cozinhou toda dentro da terra. E isso foi nas comunidades que estavam na divisa da Guiana com o Brasil, e até mesmo nas comunidades que estavam mais próximas da cidade. Sabemos que a mandioca é o principal subsídio para fazer a farinha, o prato principal das comunidades indígenas. Ou seja, as mudanças climáticas já estavam impactando as plantas dessa região. Assim como nos rios, aquecendo água e fazendo sumir os peixes. E a gente comprovou, com o conhecimento tradicional, que o tempo tinha mudado, que o tempo estava fazendo algo errado com as plantações.

Aquele povo que não migrou é porque tem variedade de semente, tem banco de sementes vivas onde plantam e conseguem sementes resistentes. Recentemente, estamos implementando um plano de gestão ambiental e territorial nessas áreas, principalmente nessa questão das casas de farinha, das roças de mandioca para a produção da farinha. E eu vi que estão conseguindo manter alguns tipos de mandioca em suas produções por serem mais resistentes tanto ao inverno quanto ao verão. A região Serra da Lua foi quem fez o primeiro estudo de caso sobre mudança climática de Roraima e do Brasil, feito por povos indígenas para povos indígenas. E hoje é exemplo, por isso a gente continua fazendo os planos de enfrentamento às mudanças climáticas em Roraima.

Sineia Bezerra do Vale,
 integrante do povo Wapichana



II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, realizada em 10 de setembro de 2021

O garimpo e o agronegócio

Sineia Wapichana: Sabemos que muitos agronegócios estão na beira da terra indígena, usando muito agrotóxico e fertilizante, enquanto que nas plantações dos povos indígenas não possuem pesticidas e herbicidas. Logo, as pragas que estavam em seu habitat natural vão para onde por causa do veneno? Vão parar onde tem o melhor alojamento para elas, que não tem nenhum tipo de veneno, na roça dos parentes, e as lagartas comem até as raízes, inviabilizando as plantações.

Sabemos que o garimpo não é bom para ninguém, tem a água poluída, tem uma questão dentro da floresta. Sabemos que o garimpo é uma pressão muito grande no contexto climático, porque há desmatamento. E isso impacta também os povos que vivem de coleta, de recente contato, que buscam nas florestas a sua alimentação. Coletam fruta, vivem da caça, da pesca...e isso impacta diretamente na sua alimentação diária.

Estudo e investimentos para os povos

Sineia Wapichana: No estudo que estamos fazendo tem uma parte dos calendários que fala sobre uma época de plantar. E, no calendário etnoecológico, eles viram que o tempo de plantar mudou, e isso mudou muito no canto dos pássaros, que guiavam as plantações. Só que no tempo de plantar, que era um tempo que chovia, já não chove mais. Em Roraima, agora, era para estarmos no verão, mas ainda está com cara de inverno, sempre chovendo. Isso afeta diretamente as questões das plantas, porque há pragas que não estavam ali, mas que, agora, estão. Há lagartas que comem até as raízes das plantas, perdendo toda a plantação.

Algumas plantas são mais resistentes ao inverno e outras ao verão. A gente está um pouco na observação das sementes: quais são mais fortes, quais são mais fracas? Como a gente faz essas sementes se multiplicarem para que possam compor um estoque de banco de sementes vivas para que sejam sementes resistentes a essas ações climáticas? Há algumas estratégias que já apontam para esses planos de enfrentamento às mudanças climáticas, uma delas é o banco de sementes vivas.

Às vezes eles [os povos indígenas] mudam de lugar para poder continuar plantando. Por exemplo, plantava antes na várzea, mas o rio já está cheio e agora está plantando na terra firme. Começam então a aparecer alguns problemas, porque aquele solo pode ser que não plante muito bem. É um problema que traz junto com ele a resistência dos povos indígenas para continuar mantendo sua vida social e cultural.

Precisamos então de estudos científicos e de políticas públicas - além das pesquisas que estamos fazendo com os próprios indígenas -, procurando soluções para que possam continuar a vida dentro das florestas e que possam superar muitas dessas ações climáticas que já chegaram em suas regiões.

E temos vistos muitos recursos sendo prometidos para a implementação de ações - principalmente para os povos indígenas -, mas que ainda geram muitas dúvidas: como isso vai chegar, principalmente no Brasil? Quais serão os

“Para termos soberania alimentar, para saber que os povos indígenas vivem bem, precisam garantir seus direitos, demarcação de terra indígena! É um conjunto de coisas para manter os povos indígenas sendo resilientes, fortes e guerreiros como sempre foram”

mecanismos usados? Será através de qual ministério? De que organização? De que banco?

Não vimos isso acontecer ainda, então, é uma preocupação, porque precisamos de recursos para fortalecer os direitos dos povos indígenas, da demarcação de seus territórios e, até mesmo, para o próprio enfrentamento às mudanças climáticas.

Soberania alimentar e a produção

Sineia Wapichana: Soberania alimentar dos povos indígenas significa que eles são soberanos naquilo que produzem. Eles plantam aquilo que sabem que faz bem para a saúde, para o dia a dia... e ritual, é cultural. É ser soberano naquilo que eles fazem de melhor. Plantam sementes boas, sem agrotóxicos, totalmente orgânicas. Temos uma sabedoria milenar para trabalhar a questão das sementes, o que dá uma soberania alimentar para os povos indígenas.

Mas, para termos soberania alimentar, para saber que os povos indígenas vivem bem, precisam garantir seus direitos, demarcação de terra indígena! É um conjunto de coisas para manter os povos indígenas sendo resilientes, fortes e guerreiros como sempre foram.

Quando temos as terras indígenas demarcadas, somos barreiras para o desmatamento, para as mudanças climáticas e para outras questões que vêm sobre a floresta, onde o povo indígena tem a subsistência milenar. Isso traz parte da solução relacionada ao bem viver dos povos indígenas e de sua soberania alimentar.

Políticas públicas e a alimentação dos povos indígenas

Sineia Wapichana: A gente sabe que, pela falta de políticas públicas em terras indígenas, os territórios já não têm muitos recursos naturais, principalmente água e madeira. A tendência é plantar, mas sabemos que o solo já é um solo rígido que não permite qualquer cultura e que precisa de um tratamento. Além disso, a pressão também aumentou, porque as pessoas casam e aumenta a população daquelas comunidades, fazendo com que as pessoas busquem trabalhar como professor, agente de saúde, porque já não existe dentro do território uma biodiversidade que deveria ter. Logo, as pessoas começam a ter um consumo de produtos industrializados. Se não consigo produzir, consigo comprar. Essa prática vem afetando muito a saúde dos povos indígenas, com muitos problemas de diabetes, pressão alta.

Existem terras indígenas que são demarcadas em ilhas e que não têm uma nascente de igarapé dentro. E, muitas vezes, onde nasce, é contaminado e não tem nem mais peixe.

Então, a tendência é que comprem produtos industrializados, e isso gera lixo. O lixo é um problema no mundo inteiro, mas principalmente nas comunidades indígenas, porque não temos um aterro sanitário adequado. É importante quando a gente orienta as comunidades a plantar: plantem de tudo. Porque isso é uma vida que a gente traz para os indígenas na questão do Bem Viver, da saúde, do estoque de alimentos. A cultura dos indígenas depende muito da terra.

Enquanto povos indígenas, a alimentação é diferenciada. O excedente que produzimos podemos vender nas escolas indígenas e isso é muito importante, porque estamos deixando nas escolas o fortalecimento na alimentação das crianças.

Os indígenas são guerreiros e fortes perante a questão da própria produção de alimentos, mas a ação climática não é uma questão que conseguimos resolver mesmo com a nossa sabedoria. Precisamos de políticas públicas para conseguirmos manter a roça, a produção, porque a mudança climática é global. ♦



Tempo de colheita para o Povo Aranã

Em um momento de resgate histórico contra a invisibilidade de seu povo, os Aranã Kaabok constroem metas e pontos necessários para o fortalecimento de sua caminhada

Por **Franklim Drumond, Haroldo Heleno**
e **Maria Rosária Schaper**, do Cimi Regional Leste

O Povo Indígena Aranã Kaabok, do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, continua a colher os frutos do processo de articulação e organização vivenciado na década de 1990. Esse povo, resistente, que vive em sua maioria nos municípios de Araçuaí e Coronel Murta, tem buscado desde então consolidar o processo de identificação dos Aranã, sempre acompanhado pelo Cimi Leste.

Para fortalecer essa articulação e planejar ações de incidência política, as lideranças desse povo realizaram em fevereiro de 2023, na sede da Abita, em Coronel Murta, o seminário “Quem são os Aranã?”. O encontro reuniu cerca de 50 lideranças indígenas que, com a assessoria da equipe do Cimi Leste, planejaram o futuro e definiram estratégias pela conquista do território e de seus direitos.

O evento contou com a participação de Douglas Krenak, que buscou incentivar os parentes para que continuem se organizando e buscando o apoio e a participação no movimento indígena regional. Geralda Chaves, a Gêra, também participou do seminário. Ela é uma das primeiras missionárias do Cimi que atuou na região e continua a colaborar com a luta dos povos indígenas de Minas Gerais. A retomada das atividades reuniu ainda parceiros do povo Pankararú e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que estiveram presentes no encontro.

“É muito importante estar aqui participando desse diálogo, porque chegou o momento de os parentes reivindicarem não só os seus territórios, mas também de garantir os seus direitos. Todo mundo sabe que

existe uma Constituição que nos permite reivindicar esses direitos e eu, enquanto coordenação indicada pelos povos indígenas, mas também enquanto liderança que contribui nessa luta e nessa caminhada, posso dizer que é chegada a hora de nós, povos indígenas do estado de Minas Gerais e Espírito Santo, tomarmos a frente do que é nosso por direito, tanto na demarcação territorial, quanto na promoção da nossa causa, na proteção dos nossos territórios e dos nossos biomas. Foi importantíssimo ver aqui o povo Aranã conscientes de seus direitos e exigindo dos órgãos competentes esses direitos”, destacou Douglas Krenak.

Haroldo Heleno, coordenador do Cimi Leste, durante os debates, abordou os vários direitos dos povos indígenas, em especial sobre os Artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988. O coordenador também

“Esse seminário do povo Aranã tem uma fundamental importância nesse momento histórico de mudança de perspectiva governamental. E, para nós, é uma felicidade imensa perceber que os dois grupos conhecidos de Araçuaí e Coronel Murta se juntam para debater os desafios, as dificuldades e, ao mesmo tempo, apresentar propostas.”

pontuou a importância de o Cimi poder acompanhar os Aranã nessa longa luta pelo território.

“Esse seminário do povo Aranã Kaabok tem uma fundamental importância nesse momento histórico de mudança de perspectiva governamental. E, para nós, é uma felicidade imensa perceber que os dois grupos conhecidos de Araçuaí e Coronel Murta se juntam para debater os desafios, as dificuldades e, ao mesmo tempo, apresentar propostas. O Cimi, como entidade que sempre acompanhou o povo Aranã, fica muito feliz em poder contribuir e torce para que nesse novo governo o povo possa finalmente conseguir seu território. Nos sentimos parte dessa caminhada e agradecemos ao povo Aranã por nos permitir caminhar junto com eles”, agradeceu o coordenador do Cimi Leste.

Na ocasião, as lideranças puderam discutir as principais propostas estratégicas para o povo e deliberaram pela reativação do Conselho Aranã, pela realização da Assembleia Geral do Povo Aranã e pelo reforço das comissões de lideranças dos dois municípios.

A mística da vida, que irrompe mesmo as situações mais difíceis, também animou o encontro. Com a benção e com a memória das pessoas que foram sementes da luta, os participantes recordaram a caminhada feita até aqui e se comprometeram a dar continuidade na luta de seus ancestrais.

Para finalizar, Gêra retomou a importância da resistência familiar que caracteriza o povo Aranã, lembrando que os núcleos familiares que se firmaram na região são o testemunho de que a vida e os sonhos podem ser cultivados por gerações. Os participantes do encontro se comprometeram em cultivar um futuro melhor para as próximas gerações.

CRONOLOGIA

Por Mapa de Conflitos envolvendo
 Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*

1847: Início da colonização do Vale do Mucuri pela Companhia do Mucuri.

1873: Fundada a missão capuchinha de Nossa Senhora dos Anjos do Itambacuri, onde passam a se aldear muitos grupos Aranã.

1883: Pedro Sagê nasce na Fazenda Alagadiço.

1911: Aldeamento em Itambacuri é extinto.

Início do século XX: Família Figueiredo Murta se apropria das terras que anteriormente compunham o Aldeamento Indígena de Lorena dos Tocoíós, parte do território tradicional dos Aranã descendentes de Manoel Caboclo.

1944: D. Mariquinha Murta doa a Fazenda Alagadiço, originalmente parte do território Aranã, para a Diocese de Araçuaí.

1960: Morre Pedro Sagê.

1982: Diocese de Araçuaí doa parte das terras da Fazenda Alagadiço a diversas famílias, entre elas algumas remanescentes dos Aranã.

1994: Diocese de Araçuaí doa parte das terras da Fazenda Alagadiço a famílias indígenas Pankararu.

Janeiro de 2000: Povo Aranã pleiteia reconhecimento de sua ancestralidade indígena e a demarcação de seu território tradicional junto à Funai.

Outubro de 2000: Povos Aranã e Caxixó encaminham documento conjunto à Funasa solicitando sua inclusão no Programa de Atenção à Saúde Indígena. Povo Aranã encaminham documento à Procuradoria da República em Minas Gerais, solicitando apoio às suas demandas.

Janeiro de 2001: Cedefes inicia atividades de apoio ao povo Aranã.

Março de 2001: Os Aranã criam o Conselho Indígena Aranã Pedro Sangê (Ciaps).

Julho de 2001: Povo Aranã solicita à Funai sua inclusão em programas governamentais destinados aos povos indígenas.

Outubro de 2001: Os Aranã solicitam reunião com a Procuradoria da República em Minas Gerais para discutir ausência de respostas da Funai a suas demandas.

Procurador Álvaro Ricardo de Souza Cruz emite a recomendação nº 08/2001 ao coordenador regional da Funasa para que o Povo Aranã seja incluído no conjunto de população alvo da Política de Atenção à Saúde Indígena no estado de Minas Gerais.

2002: Funasa passa a atender aos Aranã.

24 de março de 2003: Publicado estudo realizado por antropólogos e historiadores a partir de convênio firmado entre a Procuradoria da República, o Cedefes e a Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai), que resgata a história e a ancestralidade indígena dos Aranã.

Junho de 2003: Ministério Público Federal (MPF) realiza audiência pública para reconhecimento oficial dos Aranã pelo Estado como povo indígena brasileiro.

2005: Famílias indígenas Pankararu e Pataxó se instalam em áreas do antigo território Aranã.

Setembro de 2005: Funai publica portaria nº 1.028 instaurando processo administrativo visando a identificação e a demarcação do território Aranã. Estudos preliminares estimam a área da futura TI Aranã em 223 mil hectares localizados no município de Araçuaí.

Junho de 2011: MPF/MG move ações civis públicas contra a União e a Funai a fim de pressionar pela demarcação dos territórios dos índios Aranã, Mucuriñ e Pataxó Hã Hã Hã em Minas Gerais.

Novembro de 2012: Justiça Federal em Teófilo Otoni concede liminar favorável aos povos indígenas Aranã e Mucuriñ.

2013: Publicado estudo que identificou baixa cobertura de saneamento básico e alta exposição dos Aranã a bactérias e parasitas intestinais.

* Disponível em: < <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-o-longo-processo-de-reconhecimento-do-povo-indigena-arana-areas-de-recargas-de-aquiferos-sao-ameaçadas-por-associação-de-fazendeiros-a-projetos-de-reflorestamento-de-eucalipto-no-vale-do-jequití/> >. Acesso em: 28 de março de 2023.



Reconhecimento étnico e participação no movimento indígena

Por Povos Indígenas no Brasil*

Ao se inserirem no movimento indígena, com apoio do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), do GTME (Grupo de Trabalho Missionário Evangélico) e do CEDEFES (Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva), os Aranã deram início ao processo de investigação de sua própria história, ampliando seus conhecimentos acerca da realidade indígena no Brasil contemporâneo. Participando das semanas dos Povos Indígenas em Belo Horizonte, das reuniões do Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais, da Comissão das Mulheres Indígenas do Leste, da Marcha 500 Anos Brasil, entre outros eventos, os Aranã conquistaram seu espaço político e reforçaram a luta dos povos resistentes no país. Histórias foram reacendidas, direitos foram descobertos, projetos de futuro foram redimensionados. O sonho da vida em comunidade ganhou, enfim, perspectivas. Engajados no movimento indígena, os Aranã se organizaram para pesquisar sua história, sua origem étnica e para conquistar seus direitos, sendo o primeiro deles a terra.

Para os Aranã, a diferença entre seu povo e a sociedade envolvente não está na forma de sobrevivência, na língua, na “aparência”. Para

eles, a diferença passa por outras categorias, como ocorre para outros povos indígenas inseridos em contextos regionais com séculos de colonização europeia. Para o grupo, ser Aranã é possuir uma história comum, uma origem indígena comum, que une através de laços de parentesco um grupo restrito de pessoas. É através desse sentimento que os Aranã se organizam, que obtêm apoio de indígenas e não indígenas e que reivindicam hoje o direito de viver em comunidade, o direito de ter uma terra.

Vale ressaltar que o povo Aranã é dividido em dois grupos, os denominados Aranã Índio e os Aranã Kaabok e que, atualmente, os Aranã aguardam o órgão indigenista oficial (Funai) iniciar o trabalho de identificação da Terra Indígena. A presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joenia Wapichana, já assinou as portarias para a retomada de Grupos de Trabalho (GTs) destinados à demarcação de Terras Indígenas (TIs) em diferentes regiões do país, entre eles a do povo Aranã Índio e também dos Aranã Kaabok.

* Disponível em: < <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Aran%C3%A3> >. Acesso em: 28 de março de 2023.

“Ele teve um sonho impedido”

Mãe de Gustavo Pataxó, assassinado aos 14 anos, cobra justiça e demarcação

Para o povo Pataxó, demarcação é a saída para pôr fim ao conflito instaurado pelos fazendeiros invasores de seus territórios

Por **Maiara Dourado e Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

“Ele foi o primeiro a pedir socorro”, contava Candara Pataxó, mãe de Gustavo Silva da Conceição, enquanto mostrava a foto do filho brutalmente assassinado no dia 4 de setembro de 2022, na retomada do Vale do Cahy, na Terra Indígena (TI) Comexatibá, região do extremo sul da Bahia. Na imagem, Gustavo segurava um cartaz que “ele escreveu com a mão dele, com a letra dele”, lembra a mãe emocionada. Dias antes de sua morte, o garoto grafou no papel um pedido: “Os Pataxó pedem socorro”.

“Ele não pediu só por ele, ele pediu pelo povo Pataxó”, conta Candara, que segue obstinada na luta pela demarcação do seu território, mesmo com a dor da perda de seu filho. “Eu estou nessa luta porque eu sei o valor que ele tinha enquanto lutava para defender o povo dele, e porque tem mais crianças que têm o sonho de viver num lugar em que possa plantar e colher sem tanta violência”.

Para Candara, o pedido de socorro de Gustavo era um anúncio do que estava por vir. “Era como se ele estivesse prevendo tudo isso que ia acontecer, o que nós estamos vivendo”, conta a liderança, referindo-se à persistente onda de violência que toma conta da região e que ceifou a vida de seu filho de 14 anos.

As marcas de bala na porteira e nas paredes da casa da fazenda retomada pela família de Candara revelam o terror vivido na madrugada em que Gustavo foi assassinado. “Eles [os pistoleiros] chegaram de repente. Eram cinco horas da manhã, então alguns estavam dormindo e outros acordados”, relembra. Quando os tiros começaram, “a gente começou a correr e foi escondendo as crianças, porque não tinha só o Gustavo, tinha mais crianças”. Uma delas foi atingida no braço; Gustavo, por um tiro fatal.

Poucos meses depois, no dia 17 de janeiro de 2023, Samuel Cristiano do Amor Divino, de 25 anos, e o adolescente Nauí Brito de Jesus, de 16 anos, foram perseguidos e executados por policiais que faziam serviço de pistolagem para fazendeiros da região. Os dois jovens tinham saído para comprar alimentos no distrito de Montinho, próximo à retomada onde viviam.



Gustavo da Silva Conceição, indígena de 14 anos do povo Pataxó, assassinado na TI Comexatibá no dia 4 de setembro de 2022

“Eles mataram os parentes covardemente aqui dentro do próprio território”, indigna-se uma liderança Pataxó, que não será identificada nesta matéria por motivos de segurança.

O distrito faz parte do município de Itabela (BA) e fica na margem oposta da BR-101, que delimita o território indígena. Ambos foram mortos na estrada, não por coincidência, onze dias depois de iniciada a retomada das fazendas Condessa e Veneza, propriedades localizadas dentro dos limites da TI Barra Velha do Monte Pascoal.

Não são incomuns relatos de comunidades inteiras que são obrigadas a buscar refúgio dos ataques nas áreas de mata do território, onde famílias Pataxó às vezes passam dias e noites inteiras.

Foi o que aconteceu logo após o povo estabelecer a retomada conhecida como Jaqueira, parte da aldeia Cassiana, na TI Barra Velha do Monte Pascoal, onde vivem hoje cerca de 60 pessoas – entre as quais vinte crianças. Na madrugada do dia 26 de junho, os Pataxó foram surpreendidos por homens que chegaram atirando e tiveram que correr para salvar suas vidas.

“Eles chegaram cedinho, em torno das cinco e meia da manhã”, afirma uma liderança, não identificada por razões de segurança. “Nosso povo se valeu foi da mata”.

Um altar ritual erguido pelos Pataxó nesta retomada ainda guarda algumas das marcas desta madrugada de terror: trata-se de um círculo feito com as folhas longas de uma planta chamada piteira, ao centro do qual está um tronco de madeira com um maracá e um cocar. Várias das folhas usadas no altar estão salpicadas por buracos – causados, segundo os indígenas, por tiros de fuzil e espingarda.

A planta de onde foram retiradas as folhas esconde uma das trilhas para a mata e, por isso, acabou sendo alvejada pelos disparos, que também deixaram marcas em árvores, estacas de cerca e casas. Para apagar as sequelas mais evidentes do ataque, os pistoleiros voltaram no dia seguinte, com retroescavadeiras, e derrubaram três das casas ocupadas pelos indígenas.

Mas não se apaga tão facilmente a profundidade da violência cavada por aqueles que invadem e devastam o território Pataxó; tampouco se mascara o rastro de destruição deixado por homens agenciados por fazendeiros e empresários do turismo da região. Suas marcas se evidenciam não só nos sinais de fuzilamento deixados nas casas de fazendas retomadas pelos indígenas, mas também na paisagem do território tomada por pasto, eucalipto, gado e monocultura.

Uma “violência contra a própria natureza”, considera Ingrid Âgohó, liderança Pataxó que se aflige ao ver “a mãe natureza gritando, pedindo socorro, e só a gente que pode socorrer”.



A busca pela terra e o movimento de autodemarcação dos Pataxó

Por **Maiara Dourado e Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Desde 2009, os Pataxó aguardam a emissão da portaria declaratória da Terra indígena (TI) Barra Velha do Monte Pascoal, quando foi publicado o relatório circunstanciado de identificação e delimitação (RCID) da área pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

Fazendeiros questionaram judicialmente a demarcação, mas foram derrotados no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que decidiu favoravelmente aos indígenas em 2019. Desde então, não há nenhum impedimento legal à emissão da portaria.

O movimento de autodemarcação iniciado pelos Pataxó tem sido uma resposta à omissão do Estado e uma forma de evitar a degradação ainda maior do território pelo agronegócio e por empreendimentos privados. Contudo, em meio à crescente onda de violência, ameaças e conflitos com os fazendeiros, “ter a terra no papel”, como explicou Candara, é ainda para seu povo à medida que colocará fim nos conflitos. “Queremos ter nossa liberdade de plantar e colher. Para viver mais em harmonia, sem violência dentro do nosso próprio território”, afirma a liderança.

Histórico

Na década de 1980, a TI Barra Velha foi reservada com uma área pequena, de apenas 8.627 hectares, deixando grande parte do território de fora da demarcação. Para os Pataxó, a revisão dos limites da área demarcada é fundamental para a garantia de um futuro às novas gerações.

“Esses 8.627 hectares, onde eu moro, que é a área demarcada e homologada, ela é pequenininha. E tem uma parte dela, na orla, que está sendo invadida por grileiros, com venda de terras e [especulação] imobiliária dentro do nosso território”, explica Uruba.

Já a TI Comexatibá, identificada e delimitada em 2015, aguarda que a Funai responda às contestações feitas no procedimento demarcatório para que, então,



Foto: Maiara Dourado/Cimi

a portaria declaratória possa ser emitida pelo Ministério da Justiça.

A Instrução Normativa 09/2020, publicada pela Funai sob o governo Bolsonaro, evidenciou a enorme pressão a que estes territórios estão submetidos. A medida liberou a certificação de fazendas sobre terras indígenas ainda não homologadas, como é o caso das duas terras Pataxó no centro dos atuais conflitos.

As consequências para os Pataxó foram imediatas: nos primeiros meses após a publicação da normativa, 51 fazendas, com um total de 11,4 mil hectares, foram certificadas sobre as TIs Barra Velha do Monte Pascoal e Comexatibá, a maioria delas integralmente sobrepostas às terras indígenas.

Entre abril e agosto de 2020, foram dez certificações de propriedades sobre a TI Comexatibá e 41 sobre a TI Barra Velha do Monte Pascoal, a maioria delas pertencente aos fazendeiros derrotados no STJ.

Apesar das decisões judiciais suspendendo a validade na normativa em 13 estados após ações do Ministério Público Federal (MPF), inclusive na Bahia, e do anúncio de anulação da normativa pelo Ministério dos Povos Indígenas, as certificações já concedidas não perderam validade.

Com elas, os fazendeiros podem negociar e financiar atividades nestas áreas, aumentando ainda mais a pressão e a devastação do território já reconhecido oficialmente como tradicionalmente ocupado pelo povo Pataxó.

Autodemarcação

Em junho do ano passado, o povo Pataxó iniciou um processo de autodemarcação territorial inédito na região, retomando muitas das áreas invadidas pelos fazendeiros. O avanço das comunidades sobre as áreas tomadas por fazendas e empreendimentos privados se deve à demora no processo de regularização de suas terras.

“Nós não estamos mais aguentando a morosidade, a demora da conclusão dos processos fundiários nas terras indígenas Pataxó. Com essa morosidade está vindo a prostituição, a droga, a urbanização, a degradação ambiental, a contaminação e a descaracterização do que é terra indígena pela construção imobiliária”, explica Mãdy Pataxó, cacique da aldeia rio do Cahy, localizada na TI Comexatibá.

“Por não aguentarmos mais todo esse processo violento, estamos fazendo um processo de autodemarcação, ocupando as áreas degradadas, as áreas que estão em mãos irregulares, de fazendeiros e latifundiários dentro das terras indígenas. Estamos ocupando essas áreas para poder evitar a destruição. E, por causa disso, nós estamos sofrendo toda uma represália”, relata a liderança.



Foto: Maiara Dourado/Cimi

“Esse território é nosso”, explica Uruba Pataxó, vice-cacica da aldeia-mãe Barra Velha, ao se referir aos 52,7 mil hectares relativos à área de revisão de limites da TI Barra Velha e aos 28 mil hectares da TI Comexatibá. A autodemarcação desses dois territórios foi a saída encontrada pelo povo para efetivar o direito de viver e habitar suas terras.

“Se a gente não fizer a nossa autodemarcação, governo nenhum vai fazer. Porque eles acham que se a gente não entrar para dentro da terra, ela não nos pertence”, considera a vice-cacica.

Força-Tarefa e atuação da PM

À medida em que a comunidade avança sobre as áreas invadidas, cresce a violência empreendida contra o povo Pataxó. A gravidade da situação obrigou o governo do estado da Bahia a intervir por meio de um grupo policial constituído por policiais militares, civis e bombeiro, conhecido na região como Força-Tarefa.

Criada em setembro do ano passado, após o assassinato de Gustavo Pataxó, a Força-Tarefa se estabeleceu na região com a finalidade de conter a violência e os conflitos promovidos pelos fazendeiros e garantir a segurança e a proteção do povo Pataxó.

Contudo, o grupo policial tem se ocupado parcamente de suas atribuições e se mostrado pouco disponível para atender as denúncias feitas pelo povo. Segundo Uruba Pataxó, a Força-Tarefa só veio para a região depois do assassinato do Gustavo, mas não conseguiu evitar a morte de outros jovens como Samuel e Nauí.

“Eles chegaram dizendo que vieram para apaziguar o conflito. Mas antes de sentar com os indígenas para saber o que estava acontecendo, eles foram primeiro sentar com os fazendeiros”, relata Uruba.

A falta de clareza na atuação da Força-Tarefa no extremo sul da Bahia reflete-se, também, em declarações de integrantes do governo estadual. Foi o caso do secretário estadual de Justiça e Direitos Humanos, Felipe Freitas, que afirmou, no final de janeiro, que “no extremo sul [da Bahia] não existe demarcação, há um litígio, uma disputa”.



O diálogo com a comunidade Pataxó só ocorreu após muita cobrança e pressão, mas ainda assim se mostrou insuficiente. “Eles passam na porta das ocupações indígena, das áreas de autodemarcação, mas não entram nas fazendas para prender os pistoleiros que estão atirando todas as noites no indígena”, denuncia Mãdy.

Os questionamentos dos Pataxó quanto à conduta da Força-Tarefa não se dão em vão. Tanto o assassinato de Gustavo como de Samuel e Nauí resultaram na prisão de policiais militares, suspeitos de atuarem como pistoleiros a mando de fazendeiros. Três PMs foram presos, em outubro, suspeitos de matarem Gustavo, e outro foi preso em janeiro, acusado de assassinar os outros dois jovens.

“Hoje, quem anda matando nosso povo na nossa região, fazendo pistolagem, é uma parte da Polícia Militar do estado da Bahia”, relata uma liderança não identificada por razões de segurança. “Por isso, nós queremos a presença da Polícia Federal dentro da área indígena. É dever da Polícia Federal intervir, tomando pé dessas investigações referente à morte de Samuel e Nauí”, reivindica.

A demanda pela intervenção da Polícia Federal e do envio da Força Nacional à região tem sido reiteradamente reclamada pelo povo Pataxó, mas é barrada pelo governo do estado da Bahia, que rejeitou o apoio da Força Nacional. O povo Pataxó segue em situação de extrema insegurança, o que faz o pedido de socorro, outrora feito por Gustavo, seguir ecoando num brado uníssono na voz do povo Pataxó.

Pressão jurídica

Na segunda quinzena de março, um conjunto de decisões de reintegração de posse expedidas contra retomadas do povo Pataxó nas TIs Comexatibá e Barra Velha do Monte Pascoal aumentaram ainda mais a tensão na região, com risco de uso de força policial para despejar os indígenas das retomadas.

O fato de que a Polícia Militar poderia ser convocada a efetuar os despejos gerou apreensão, dado que muitos policiais são investigados e denunciados por atuarem como milicianos para fazendeiros em conflito com os Pataxó.

No final de março, pelo menos seis decisões de reintegração de posse a favor de fazendeiros e proprietários de lotes pairavam sobre o povo Pataxó. Cinco delas foram emitidas pelo juiz Raimundo Bezerra Mariano Neto, da Justiça Federal de Teixeira de Freitas (BA). Destas, três foram assinadas digitalmente em menos de meia hora, no dia 17 de março.

A outra decisão foi emitida por uma vara da Justiça Estadual da Bahia no município de Prado, contra a aldeia Quero Vê, retomada estabelecida pelos Pataxó em janeiro de 2022 numa área que sofre intensa especulação imobiliária.

Contrariando a Constituição, que estabelece que assuntos ligados aos povos indígenas são de competência federal, a decisão foi emitida pela Justiça Estadual da Bahia em Prado e nem sequer menciona a palavra “indígena”.

“O dono dos lotes entrou na Justiça Estadual porque ele não reconhece que é uma ocupação indígena. Ele diz que são pessoas que ‘se dizem indígenas’, mas que, na

verdade, seriam trabalhadores rurais”, explica a assessora jurídica do Conselho Indigenista Missionário – Cimi Regional Leste, Lethicia Reis.

“Isso é uma forma de racismo, negar a identidade dos Pataxó. Mas essa estratégia não é nova e tem sido utilizada pelos fazendeiros. Esse proprietário, inclusive, tem pressionado os Pataxó a saírem da área antes das 72 horas determinadas para a reintegração”, prossegue a assessora.

Para Tawã, liderança da aldeia Alegria Nova, o cumprimento da reintegração de posse pode gerar prejuízos enormes à comunidade. “As nossas famílias já estão na área há nove meses, com nossa produção, com todo o nosso desenvolvimento, com as nossas crianças em atividade, em sala de aula. A verdade é que essa reintegração de posse é inconstitucional quando se tem um território que é indígena”, afirma a liderança.

Os Pataxó, com assistência do Cimi, e a Defensoria Pública da União (DPU) recorreram das sentenças. Até o final de março, quatro decisões da Justiça Federal haviam sido suspensas pelos ministros Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski e Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), e a decisão da Justiça Estadual foi suspensa pela própria vara de Prado.

Uma das decisões emitidas pela Justiça Federal – e posteriormente suspensas pelo STF – contra os indígenas atende ao pedido do fazendeiro Airson Celino Gomes, conhecido como “Nem” e proprietário da fazenda Santa

Therezinha – local onde Gustavo Pataxó foi assassinado.

Segundo reportagem da Agência Pública, o pedido de reintegração de posse foi feito no dia seguinte ao atentado que resultou no brutal assassinato do menino Pataxó. A decisão da Justiça Federal contra a retomada Vale do Cahy, de Candara, foi expedida no dia 30 de março.

Meses após o ataque brutal, a retomada segue viva, apesar da ameaça de despejo e da tensão constante devido ao risco de novos ataques. Os irmãos e irmãs de Gustavo – Guilherme, de doze anos, Beatriz, de dez, e Moisés, de dois anos – também precisaram assimilar sua ausência e de suas brincadeiras.

“Gustavo brincava tanto com Moisés... ele não tinha maldade nenhuma. Moisés sente falta dele. Quando a gente estava no caixão, ele estava lá e a gente cantou a música do auê [canto tradicional Pataxó], ele viu a gente chorando. Então hoje, quando a gente começa a cantar o auê, ele começa a chorar”, conta Candara.

Mesmo diante da dor, a luta de Candara segue movida pela lembrança do filho e pelo pedido de socorro por ele deixado. “Eu achava que ele ia comer desse fruto que ele ajudou plantar. Se eu colho um abacaxi, se eu colho uma jaca, se eu colho um coco, tudo é lembrança do meu filho. Ele foi um menino muito guerreiro, sonhador, que foi impedido, mas tenho certeza que existe Guilherme, existe Beatriz, existe Maim, existem outros Pataxó que têm futuro, que têm sonhos e que pode dar encaminhamento para o que está aí”.

Na 52ª Assembleia do CIR, presidente Lula assegura que irá demarcar terras indígenas

A 52ª Assembleia do Conselho Indígena de Roraima (CIR) foi realizada de 11 a 14 deste mês; a comitiva presidencial contou com a presença de cinco ministros e Funai

Por **Adi Spezia e Ligia Apel**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Com o tema “Proteção Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade, o Conselho Indígena de Roraima (CIR) realizou entre os dias 11 a 14 de março a 52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas do estado, no Centro Regional Lago do Caracaraña, Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS).

Com a presença de 2.500 indígenas dos povos Macuxi, Wapichana, Taurepang, Wai Wai, Ingaricó, Patamona, Ye’kuana, Sapará e Yanomami, a Assembleia teve por objetivo discutir e avaliar a situação dos povos indígenas de Roraima. O evento contou com uma Feira do Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PGTA), com produtos orgânicos das comunidades indígenas, a escolha da nova secretária Geral do Movimento das Mulheres Indígenas do CIR, e a participação do Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva.

Além do presidente, a comitiva foi composta pela Primeira-dama Janja Lula da Silva e pelos Ministros de Estado: da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta; da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Costa; do Ministério da Saúde, Nísia Trindade; da Defesa, José Mucio Monteiro Filho; e dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara.

A presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joenia Wapichana, e o prefeito de Boa Vista, Arthur Machado, também compuseram a comitiva oficial. Já o governador de Roraima, Antônio Denarium (PP), não foi recebido pelos indígenas devido à posição política favorável à exploração do garimpo em Terras Indígenas.

Denúncias das lideranças

Este foi um momento histórico para os povos de Roraima. Em 52 anos do Conselho Indígena do estado, essa foi a primeira vez que a Assembleia recebe um



Comitiva presidencial na 52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima

chefe da nação. Tal acontecimento revela a força da mobilização e organização indígena do estado.

Em seu discurso, Davi Kopenawa, do povo Yanomami, pediu à comitiva e a todos os brasileiros que assumam o compromisso de “tirar o garimpeiro da Terra Yanomami, os garimpeiros estão aí escondidos, queremos que tirem todos os garimpeiros”.

Representando as mulheres indígenas de Roraima, Maria Betânia Mota de Jesus, liderança do povo Macuxi, destacou o papel da mulher nos espaços de decisão e poder, “somos mães, mulheres, protetoras de nossa Mãe Terra, dos nossos territórios”. Pediu ao presidente

que “cumpra com seu compromisso de retirar todos os invasores dos territórios, a destruição da nossa Mãe Terra representa nossa destruição”.

Betânia cobrou a demarcação e a proteção das terras indígenas, bem como a ampliação das terras demarcadas em ilhas. “Cubro o apoio às ações e aos nossos projetos para a sustentabilidade. Garimpo não é desenvolvimento para o nosso povo. Garimpo é a destruição da nossa Mãe Terra e do nosso povo, pedimos a retirada dos invasores”, reforçou a liderança Macuxi.

Aos Ministros de Estado, Betânia é enfática, “nunca negocie os direitos dos povos indígenas com ninguém” e ainda completa, “vidas indígenas importam, queremos ser sempre povos originários, livres e com autonomia, e claro que essa autonomia vem com nossas terras demarcadas e ampliadas para o bem viver do povo indígena”.

Por sua vez, o ancião do povo Wapichana, Clovis Ambrósio, destacou a importância e o respeito aos direitos dos povos originários como consta na Constituição de 1988, especial no que diz respeito à educação, saúde e à proteção do meio ambiente e dos territórios indígenas.

“Hoje, sofremos com a falta de medicamento, transporte, não existe estrutura para conduzir esses indígenas que estão sofrendo de malária, covid-19 e outras doenças. Na educação, espero que o senhor apoie essa juventude no estudo, com estrutura renovada”, apela seu Ambrósio.

Com anos vividos, o ancião Whapichana também destacou a importância de os povos indígenas serem consultados sobre quaisquer medidas que possam afetá-los, antes mesmo que sejam adotadas, “é um direito nosso, nós temos um protocolo de consulta e queremos que vocês, os senhores respeitem a nossa comunidade”.



Foto: Adi Spezia / Cimi

Compromissos do presidente Lula com os indígenas

Na presença de anciões, tuxauas, lideranças e organizações indígenas presentes na 52ª Assembleia do CIR, em seu discurso, o presidente Lula assume pelo menos quatro compromissos.

O primeiro está relacionando à sustentabilidade. Em sua chegada à Assembleia, a comitiva presidencial foi recebida por uma feira de produtos orgânicos, artesanatos e cerâmicas produzidas na TIRSS. “Uma demonstração de que à medida que vocês têm oportunidade, que tem garantida à Terra e incentivo financeiro para produzir, produzem. Soube que vocês não têm ajuda do governo para financiar a produção”, destacou.

Impressionado com a diversidade produtiva, Lula afirmou ter algo errado, “como pode ter emprestado tanto dinheiro para produção agrícola e esse dinheiro não ter chegado para agricultura indígena? Prometo a vocês, vou colocar vocês dentro de um programa de financiamento da produção agrícola indígena. Queremos mostrar que dá para produzir alimentos sem destruir a Amazônia, sem precisar estragar os rios, sem contaminar as águas”.

O segundo compromisso está relacionado à demarcação das terras indígenas, reivindicação histórica e vital para os povos originários, a quem o presidente Lula

reforçou, “temos pedido tanto para Funai quanto para o Ministério dos Povos Indígenas me apresentar todas as terras que estão prontas para ser demarcadas, porque a gente precisa demarcar logo, antes que as pessoas invadam as terras, antes que inventem documentos de escrituras falsos e digam que são donos. Precisamos rapidamente tentar legalizar todas as terras que estão já quase prontos os estudos para que os indígenas possam ocupar o território que é deles”, afirmou.

As terras indígenas com pendências administrativas no Brasil, em alguma fase do processo demarcatório, somam um total de 871. Destas, 598 estão sem nenhum tipo de providências; 143 a identificar, 44 foram identificadas, 73 estão declaradas, 5 com portaria de restrição, e 8 homologadas, aponta o relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2021, publicação anual do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

A demarcação das terras indígenas está intrinsecamente relacionada à proteção dos territórios, à preservação da biodiversidade e o enfrentamento às mudanças climáticas, à alimentação e à saúde, quando este direito originário é desrespeitado crianças, jovem e anciões estão entre os mais afetados. Assim, Lula apresenta aos indígenas seu terceiro compromisso: a saúde.

“O objetivo é retomar todas as políticas públicas que deem conta de cuidar do povo pobre, do povo abandonado, e aí entra a questão indígena”, afirmou o presidente. Com lágrimas nos olhos contou o que viu

quando visitou os indígenas na Casai, em Boa Vista (RR).

“Não acreditava que era possível deixar uma criança chegar naquelas condições, eu não acreditava que num país, que é o terceiro produtor de alimento, um país que é o primeiro produtor de carne do mundo, pudesse deixar aquelas crianças ficarem subnutridas, quase sem força de parar em pé de fome, porque não receberam a comida e o tratamento necessário”.

E ao assumir o compromisso de resolver a crise humanitária que enfrentam os povos na TI Yanomami, o Chefe de Estado garantiu, “nós vamos tirar definitivamente os garimpeiros das terras indígenas, mesmo que tenha ouro aqui em Roraima, mesmo que tenha ouro na terra indígena ninguém tem o direito de mexer sem a autorização dos donos da terra, que são os indígenas”. Esse é o quarto compromisso assumido junto aos indígenas de Roraima: impedir a destruição dos territórios.

Antes de encerrar a visita da comitiva à Assembleia, Edinho de Souza, atual coordenador do CIR, afirmou que os povos indígenas de Roraima vão estar acompanhando os compromissos assumidos: “É promessa, nós também queremos a intensificação e a punição dos criminosos que estão matando nossos parentes Yanomami”, afirmou.

Na ocasião, os indígenas entregaram ao Presidente Lula uma carta com as demandas dos povos indígenas de Roraima sobre a saúde, educação, medicina tradicional, proteção territorial, retirada de garimpeiros, valorização da cultura, tradição, território e sustentabilidade indígena.



52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima



Davi Kopenawa, do povo Yanomami

Fotos: Adi Spezia / Cimi

Assine o
PORANTIM
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 9 9628-4565

(61) 2106-1650 / 2106-1655

www.cimi.org.br

Forma de pagamento – Depósito Bancário ou PIX:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5

PIX: adm.porantim@cimi.org.br

Envie cópia do depósito por e-mail, correios ou WhatsApp

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul

Brasília-DF – CEP: 70.393-902

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Ass. anual: **R\$ 130**

Ass. dois anos: **R\$ 190**

América Latina: **US\$ 55**

Outros países: **US\$ 90**

Assinatura de apoio: **R\$ 170**

Com ela você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país

Terras demarcadas são garantia para enfrentar impactos ambientais em aldeias do Tocantins

Os povos Krahô, Krahô-Kanela e Krahô Takaywrá pedem providência quanto às cheias dos rios e os danos ambientais causados pelo agronegócio e pela monocultura

Por **Sara Sánchez**, do Cimi Regional Goiás/Tocantins

Mais uma vez, no ano de 2023, os povos indígenas do sudoeste do Tocantins sofrem com a força das chuvas e as cheias dos rios na região. Os Krahô da aldeia Takaywrá já viveram essa situação em outros anos, e em 2022, os Krahô-Kanela da aldeia Câtamjê, assim como os Krahô Takaywrá, também experimentaram cheias de igual impacto. As aldeias viraram pequenos lagos que tomaram conta das casas e das escolas.

Com dificuldade e de forma precária, as comunidades improvisaram com madeira e tijolos pequenos passadiços e pontes para caminhar e se proteger da água, principalmente para socorrer crianças e pessoas idosas, além de espaços para salvar pertences e animais de pequeno porte como porcos, galinhas e cachorros.

Neste ano, as chuvas chegaram cedo e os indígenas estão preocupados com a situação de alagamento das aldeias que, ao que tudo indica, se estenderá, uma vez que já no primeiro mês do ano, a situação está crítica.

Os indígenas recorreram às autoridades competentes, como defesa civil, corpo de bombeiros, prefeitura, Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) e Secretaria Estadual de Educação (Seduc) para que fosse escutado seu grito de socorro. Com as aldeias alagadas, as possibilidades de proliferação de doenças respiratórias e de pele pelas águas sujas e contaminada são muito alta.

O povo Krahô Takaywrá já conta com a ação da defesa civil, corpo de bombeiros, prefeitura do município de Lagoa da Confusão e Funai, para levar as famílias mais afetadas pela cheia dos rios para um abrigo na cidade da Lagoa da Confusão (TO). Não obstante, alguns indígenas ficaram na aldeia para proteger os pertences da comunidade, com a finalidade de salvaguardar as poucas coisas que a água deixou.

As cheias na região banhada pelos rios Formoso, Dueré, Urubu, Javaé, e outros da bacia hidrográfica do rio Formoso e do estado do Tocantins se devem a um conjunto de fatores provocados pelo modelo predatório do agronegócio, que provoca, no verão, rios secos, quase mortos e desaparecendo, e no inverno, rios transbordando.

Esse desequilíbrio ambiental provocado pela ganância e depredação do cerrado e de outros biomas no país toma,



Aldeia Takaywrá

a cada ano, novas vítimas. Tanto os indígenas quanto o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) regional Goiás/Tocantins tem denunciado esses crimes ambientais.

Em dezembro de 2022, foi enviado para o Ministério Público Federal (MPF) do Tocantins, um ofício solicitando providências quanto a um crime ambiental cometido próximo as aldeias Takaywrá e Câtamjê. Um fazendeiro da região queimou uma ponte de madeira que liga as cidades de Lagoa da Confusão e Dueré, no sul do estado, que era utilizada para escoar sua produção e construiu um barramento que mudou o curso natural desses rios. O crime provocou impactos na subsistência dos indígenas e no tráfego dos moradores da região que se valem dos rios, além de ter causado sérios danos a peixes e animais aquáticos que precisam trafegar e mudar de local na época da piracema.

No documento, encaminhado ao MPF em dezembro de 2022, os indígenas do povo Krahô Takaywrá já denunciavam os impactos causados pelo barramento no rio Dueré, que podia, na época das chuvas, alagar a aldeia, localizada aproximadamente a três quilômetros do barramento. Até hoje o povo Krahô Takaywrá aguarda providências.



Foto: Davi Camôc Krahô Takaywrá

Há vários anos os indígenas vem sentindo os impactos do agronegócio e das mudanças climáticas. A mudança nos ciclos das chuvas, o aumento da temperatura e o desaparecimento de animais e plantas locais tem provocado prejuízos ambientais, culturais, sociais e econômicos muito sérios a esses povos.

Em casos extremos de alagamento, os indígenas são removidos por um período de suas casas, algumas provisórias em território emprestado e outras, em território próprio, mas afetada pelo agronegócio. Por vezes, nesses locais provisórios, onde se resguardam das águas, sofrem rejeição e preconceito.

Neste contexto de emergência, os indígenas Krahô Takaywrá enfatizam, mais uma vez, a urgência para que o governo federal faça valer a Constituição Federal de 1988 e demarque suas terras. Eles precisam ter seu território garantido para não continuar vivendo de forma precária em uma pequena área de reserva do Projeto de Assentamento São Judas, no município de Lagoa da Confusão. Além de isso, cobram providências quanto aos crimes ambientais cometidos na região, que afetam a comunidade e todo o ecossistema da região.

Já os Krahô-Kanela da aldeia Câtamjê se vem afetados pelas cheias dos rios porque se encontram numa região mais baixa do território e muito próximo a um projeto de monocultura de arroz. Os grandes canais da lavoura que levam água até a plantação, no verão, provocam alagamento nas casas e na escola da aldeia Câtamjê.

Ações da sociedade civil e de organizações indígenas e indigenistas estão buscando apoio para contribuir com os povos indígenas que estão sofrendo com o impacto da cheia dos rios no Tocantins. O Cimi e o movimento indígena regional lutam pela demarcação, garantia e proteção das terras indígenas, principalmente dos povos que ainda não tem seu território demarcado.

As chuvas, apesar de esperadas, a depender de sua força, região e condições de moradia, trazem consequências graves ao povo mais vulnerável ou que vive em zonas de risco. Por isso, a importância de se proteger a nossa Casa Comum para evitar as mudanças climáticas e buscar, de forma urgente, um modelo de produção sustentável que não destrua a Mãe Terra, nem ameace a existência dos povos. ♦

Depois de nove anos, aldeia do povo Karipuna volta a ficar debaixo d'água

Indígenas e integrantes do Cimi Regional Rondônia acreditam que os episódios de inundação são consequência da construção das hidrelétricas do Complexo Madeira, em Porto Velho (RO)

Por **Marina Oliveira**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Depois de nove anos, uma cena triste se repetiu dentro do território Karipuna, em Rondônia. Após fortes chuvas, o rio Jaci Paraná transbordou e deixou a aldeia Panorama (RO), na Terra Indígena (TI) Karipuna, debaixo d'água – desde o dia 16 de março de 2023. Mas, muito provavelmente, a culpa não é apenas do fenômeno natural.

Indígenas e integrantes do Conselho Indigenista Missionário – Cimi Regional Rondônia acreditam que os episódios de inundação – de 2014 e 2023 – podem ser agravados pelas hidrelétricas Jirau e Santo Antônio, que compõem o Complexo Madeira, em Porto Velho (RO). As obras foram desenvolvidas entre os anos de 2008 e 2016.

De acordo com Adriano Karipuna, liderança do povo Karipuna, e com o Cimi Regional Rondônia, existem diversos levantamentos técnicos que apontam a construção das hidrelétricas e a elevação da cota de produção de energia como as principais causas das enchentes na aldeia Panorama. Ao Cimi, Adriano conta sobre os danos causados à comunidade nesse último episódio.

“Até o momento, foram três famílias afetadas, com perdas e danos, entre bens materiais, alimentação e o comprometimento das casas das pessoas. Sabemos que, como as chuvas não estão passando, outras casas serão afetadas”, lamenta, com muita angústia, a liderança.

Em 2014, quando ocorreu a outra enchente, Katiká Karipuna – mãe de Adriano e uma das quatro pessoas sobreviventes do povo ao contato traumático com a sociedade não indígena – foi uma das afetadas, perdendo moradia e pertences. Até hoje, Katiká não teve qualquer reparação.

Para não colocar em risco a própria vida, parte do povo Karipuna se deslocou para Porto Velho (RO), enquanto outras pessoas estão se movendo para áreas mais altas dentro do próprio território para buscar um abrigo seguro.

“Os Karipuna sofrem, há anos, com a invasão permanente em seu território. E agora, pela segunda vez, foram atingidos pela forte enchente do rio Jaci Paraná, o que impossibilita o tráfego, expondo a comunidade a doenças e ataques de animais peçonhentos trazidos pelas águas. O povo está em estado de emergência, a situação está ficando crítica”, explica o Cimi Regional Rondônia por meio de nota.

Providências

De acordo com Adriano Karipuna, já foi protocolado um pedido de ajuda no Ministério Público Federal em Rondônia (MPF-RO). “Já denunciei ao MPF em Rondônia, para que tomem as providências. E que responsabilizem os autores dessa situação. Inclusive, pedi ao MPF que compareça, presencialmente, em nosso território”, afirma.

“As cheias têm gerado vários danos à comunidade Karipuna, como a queda de uma das pontes de acesso à aldeia, o rompimento das forças e o comprometimento dos poços artesianos, além de outras perdas e danos. Assim, é preciso que o DER [Departamento de Estradas de Rodagem] e a Semagric [Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento em Porto Velho, Rondônia] realizem, imediatamente, obras e serviços de manutenção e cascalhamento de estrada e a construção de nova ponte para possibilitar o acesso à Sesai [Secretaria Especial de



Foto: André e Adriano Karipuna

Parte do povo Karipuna se deslocou para Porto Velho (RO). Enquanto outras pessoas permaneceram no território, mas em áreas mais altas para se proteger de novos episódios

“É bom lembrar que antes das construções das hidrelétricas, isso não acontecia. Se fizer uma linha do tempo, vemos que os rios sempre estavam em seu curso natural”

Saúde Indígena], Funai [Fundação Nacional dos Povos Indígenas] e outros órgãos”, diz um trecho do documento.

Ainda em texto, a Associação dos Povos Indígenas Karipuna (Apoika) diz que, até o momento, apenas a Casa de Saúde Indígena (Casai) compareceu ao território para verificar a situação. A Funai e a Defesa Civil não prestaram qualquer assistência, segundo a associação.

Além disso, em 2018, o povo Karipuna já havia recorrido ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) para solicitar a implementação de programa de proteção territorial e o pagamento de indenização por danos morais coletivos – em decorrência da enchente no ano de 2014. No entanto, o caso não foi tratado com a devida importância até o momento da publicação desta matéria.

Impactos ambientais

Neste período do ano, é normal que ocorram chuvas na região e, conseqüentemente, a cheia do rio Jaci Paraná. No entanto, desde o levantamento dos empreendimentos no Complexo Madeira, o rio passou a encher mais do que o previsto.

“Estamos no inverno amazônico, mas é bom lembrar que muito antes das construções das hidrelétricas, isso não acontecia. Se fizer uma linha do tempo, vemos que os rios sempre estavam em seu curso natural. Mas, depois das construções, ficou sem funcionar o seu curso natural. Além de ter afetado inúmeras coisas da natureza, a exemplo da escassez do pescado, a escassez da caça tradicional, de frutas tradicionais. Os peixes precisam subir os rios para a procriação, mas, com as hidrelétricas, não estão subindo mais”, explica Adriano Karipuna.

A liderança diz que agora o povo Karipuna aguarda, com grande expectativa, que os órgãos públicos tomem as devidas providências e reparem os danos causados aos indígenas. “E que também tenhamos respeito perante isso que está ocorrendo, que façam melhorias e mudem a aldeia [Panorama] para a parte mais alta, com as casas já reconstruídas”, clama.

Apoio do Cimi

Em nota, o Cimi Regional Rondônia se solidariza e lamenta a situação que a comunidade está enfrentando. E pede que as autoridades competentes tomem as devidas providências para evitar danos ainda mais graves ao povo Karipuna.

Outras ameaças

Mesmo já sendo demarcada, homologada e registrada, a TI Karipuna vive sob constante insegurança. Invasões de madeireiros, grileiros e garimpeiros forçam os Karipuna a ficar na defensiva durante dia e noite, mesmo com o término do último governo, e colocam em risco ainda mais grave os indígenas isolados que também vivem no território.

Nos últimos anos, o Cimi, por meio de sua equipe do Regional Rondônia e em parceria com o Greenpeace Brasil, vem monitorando – e também noticiando – as diversas denúncias e “pedidos de socorro” feitos pelos indígenas dessa região. Em outubro de 2021, um monitoramento feito pelo Cimi, Greenpeace Brasil e pelo povo Karipuna na TI Karipuna identificou uma nova frente de desmatamento no local.

Uma visita in loco encontrou 850 hectares de área desmatada ilegalmente dentro de um período de doze meses (de outubro de 2020 a outubro de 2021) na terra indígena – um aumento de 44% em relação ao período anterior. Nesse mesmo local, foram encontradas áreas com mais de 100 hectares de corte raso.

Outra situação que os Karipuna, o Cimi Regional Rondônia e o Greenpeace Brasil denunciam com frequência, desde 2021, é a construção de pontes de madeira dentro do território para facilitar o trânsito de invasores no local. ♦

Atare Xe Bajapoare: o primeiro dia de aula das crianças Avá-Canoeiro

Após 50 anos do contato forçado pela Funai, o povo Avá-Canoeiro adquire o direito de ter formação escolar em sua língua materna



Foto: Olga Justo

Apesar da completa ausência do poder público, a comunidade Mbya Guarani do tekoa Karanda'ty iniciou seu ano letivo, com determinação e ajuda de apoiadores

Escola do Bem Viver sob as sombras

Sem material, alimentação, água potável e energia elétrica, comunidade Guarani Mbya do tekoa Karanda'ty insiste em efetivar seu direito à educação escolar indígena

Por Olga Justo*

No dia 16 de março, o ano letivo iniciou no tekoa Karanda'ty, retomada Mbya Guarani em Cachoeirinha (RS).

Diferente de outros espaços escolares, as crianças e adolescentes, sem sala de aula, acomodaram-se sob as sombras das árvores.

Elas, sem mesas, escreveram e desenharam no colo. Estão sem material escolar, porque não lhes são fornecidos. Usaram folhas de ofício e alguns lápis doados pelos apoiadores.

As atividades são coordenadas pelo professor Mbyá Arlindo Ribeiro, que, inscrito para contrato na Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (Seduc/RS), inicia suas atividades mesmo sem ter sido chamado para efetivar a contratação.

Adriana Acosta Mbyá, inscrita na função de merendeira, aguarda a alimentação que deve preparar e servir às crianças.

Todas as atividades são acompanhadas de perto pelo senhor Alexandre Acosta, o mais velho da comunidade, o Xeramoí, líder espiritual.

As maiores dificuldades encontradas são a falta de água potável e energia elétrica na comunidade. Não há, do ponto de vista administrativo, medidas que indiquem vontade política da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) em proceder a realização dos estudos de demarcação da terra.

O Ministério Público Federal (MPF), a Seduc/RS e a 28ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) estão oficiados da demanda escolar, nutricional e de saneamento básico.

Na comunidade há, por ora, oito crianças e seis jovens, que contam apenas com o apoio da sociedade civil e de entidades que fazem o que podem para auxiliar nas demandas, enquanto as políticas públicas não são planejadas e implementadas.

A escola, sob as sombras das copas das árvores, indica haver determinação, força e coragem de uma comunidade Mbya Guarani que luta por seus direitos fundamentais e, mais do que tudo, sinaliza para a perspectiva de que há caminhos alternativos a serem seguidos e adotados.

A escola, sob as sombras, dá sentidos e significados de vidas partilhadas, em comunhão com a natureza e sintonizadas no Bem Viver.

* Professora e apoiadora da retomada Karandá'Ty

Por Eliane Franco Martins, do Cimi Regional Goiás-Tocantins

O povo Áwa, conhecido como Avá-Canoeiro no estado do Tocantins, permaneceu por muitos anos estudando em escolas indígenas dos Javaé e Karajá, povos que possuem uma língua distinta da sua. Enquanto o povo Áwa é pertencente à família linguística Tupi-Guarani, os povos Javaé e Karajá são do tronco linguístico Macro-jê.

Contudo, essa diferença foi ignorada pelo Estado quando esses povos foram agrupados em uma mesma escola, em razão de um contato forçado pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) em 1973, o que privou os Avá-Canoeiro de estudar em sua própria língua. Mesmo assim, os Avá-Canoeiro mantiveram viva sua língua materna por meio do ensinamento dos mais velhos de seu povo.

Ao longo de dois anos as lideranças do povo Áwa lutaram para implementação de uma turma na aldeia Itahô na Ilha do Bananal, mas a dificuldade era grande, uma vez que as famílias Avá-Canoeiro não moravam em uma mesma aldeia. Em 2021, as famílias decidiram criar uma aldeia, onde pudessem receber atendimento do Estado por meio de políticas públicas a fim de fortalecer o processo de demarcação da terra indígena Taego Áwa.

Após várias denúncias das lideranças indígenas no Ministério Público Federal (MPF) e na Defensoria Pública do estado do Tocantins, a solicitação da comunidade foi atendida pela Secretaria de Educação do estado (Seduc-TO), que contratou quatro professores, uma merendeira e uma profissional para serviços gerais. A escola, ainda sem sede própria, começa a funcionar de forma improvisada na Associação da comunidade, com apenas três turmas do 1º ao 5º ano, do 6º ao 9º e o ensino médio.

As três turmas ainda são uma extensão de outra escola do povo Karajá, mas trouxe alegria para as crianças e os adultos que estavam sem estudar a própria língua. Com a criação das turmas, o povo Awã pôde levar a matriarca Kawkamy para ensinar alunos e alunas a língua materna, a cultura de seu povo, bem como seus mitos e histórias.

No entanto, a criação de uma escola própria, específica e diferenciada do povo Avá-Canoeiro segue sendo uma reivindicação da comunidade para o estado do Tocantins. A reivindicação do povo busca garantir o direito constitucional – como consta no parágrafo segundo do artigo 210 da Constituição Federal de 1988 – de ter sua formação escolar ministrada em sua língua materna e por meio de processos próprios de aprendizagem.

A criação da escola indígena Tutawa – como assim pretendem nomeá-la para homenagear o guerreiro Tutawa, líder do povo Áwa – é também uma forma do Estado brasileiro reparar historicamente esse povo pela



Foto: Kamutaja Áwa

Crianças Avá-Canoeiro em seu primeiro dia de aula na aldeia Itahô, na ilha do Bananal



Foto: Kamutaja Áwa

Comunidade da TI Taego Áwa recebe materiais escolares para iniciar as aulas em escola ainda improvisada

violência e danos sofridos pelo contato forçado pelo Funai. A forma compulsória como se deu esse contato causou graves violações aos direitos humanos do povo Avá-Canoeiro, retirado do seu território tradicional.

Apesar de invisibilizados, as famílias e lideranças jovens dos Avá-Canoeiro se fortalecem enquanto movimento indígena no estado do Tocantins e reconquistam seu protagonismo por meio da luta pela demarcação da Terra Indígena Taego Áwa.

Foto: Kamutaja Áwa



A matriarca Kawkamy ensina as crianças de seu povo a língua materna, a cultura dos Áwa, bem como seus mitos e histórias